

A MULHER E A SUA IN-VISIBILIDADE E REPRESENTATIVIDADE NA SOCIEDADE

Lidiane Londero Perlin ¹
Carlos Edimilson Avila de Lima²
Joacir Marques da Costa ³

RESUMO

A violência de gênero é um problema estrutural e social que afeta a dignidade, a identidade e o bem-estar das vítimas, assim como de toda a sociedade. Neste viés, enfrentar a violência de gênero física, psicológica, sexual, patrimonial etc.- é uma responsabilidade e um compromisso que devemos assumir para que todes tenham seus direitos humanos garantidos, para diminuir as desigualdades socioculturais, uma vez que estamos a tratar do país que ocupa os primeiros lugares no ranking de violência contra as mulheres. Em nosso recorte pretendemos apresentar as mobilizações que buscam combater a violência contra as mulheres nos diversos territórios sociais, especialmente nos espaços acadêmicos e no campo das políticas institucionais. Dessa forma, não podemos nos esquecer do modo imperativo que a categoria de gênero é tratada. Estamos portanto, perante a sociedade alinhados a um pensamento binário de gênero, e que por muitas vezes inviabiliza mulheres outras ou gêneros outros que desejam estabelecer pactos dissidentes de gênero, ou seja, gêneros e sexualidades que fogem à norma cisheteronormativa branca masculina. Ademais, nossa questão central se situa na compreensão de uma cartografia de análise de violências de gênero e a possibilidade de arrefecimento destas a partir de conquistas de mulheres em territórios institucionais políticos e acadêmicos. Neste sentido, a partir de um método cartográfico (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015), pressupomos uma pesquisa-intervenção de modo não prescritivo, funcionando por pistas e por desmontagem do percurso. Vislumbra-se, com isso, um mapa de análise e as possibilidades construtivas de outros mundos possíveis, sobretudo, nos territórios de disputas de narrativas de poder e saber, que organizam e estruturam desigualdades. A partir da dinâmica cartográfica está explícito um posicionamento ético, social e político com o compromisso e responsabilidade dos pesquisadores na produção e invenção de caminhos para intervenções que visam a transformação. Doravante, o texto que segue divide-se em: a) violências contra mulheres: quais? por quem? b) luta, visibilidade e políticas contra a desigualdade; e c) considerações finais. Este resumo deverá ser o mesmo utilizado no formulário de submissão.

Palavras-chave: Mulheres, Lutas, Direitos, Visibilidade e Violências.

¹ Mestranda do curso de Educação da Universidade Federal de Santa Maria - RS, lidiane.londero@hotmail.com ;

² Mestrando do curso de Educação da Universidade Federal de Santa Maria - RS; carlosufsm58@gmail.com ;

³ Professor orientador: Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – RS, mc.joacir@gmail.com

INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um problema estrutural e social que afeta a dignidade, a identidade e o bem-estar das vítimas, assim como de toda a sociedade. Neste viés, enfrentar a violência de gênero - física, psicológica, sexual, patrimonial etc.- é uma responsabilidade e um compromisso que devemos assumir para que todos tenham seus direitos humanos garantidos, para diminuir as desigualdades socioculturais, uma vez que estamos a tratar do país que ocupa os primeiros lugares no *ranking* de violência contra as mulheres.

Em nosso recorte pretendemos apresentar as mobilizações que buscam combater a violência contra as mulheres nos diversos territórios sociais, especialmente nos espaços acadêmicos e no campo das políticas institucionais. Dessa forma, não podemos nos esquecer do modo imperativo que a categoria de gênero é tratada. Estamos portanto, perante a sociedade alinhados a um pensamento binário de gênero, e que por muitas vezes inviabiliza mulheres outras ou gêneros outros que desejam estabelecer pactos dissidentes de gênero, ou seja, gêneros e sexualidades que fogem à norma cisheteronormativa branca masculina. Para a autora Joan Scott

[o] termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos (1995, p.75)

Deste modo, sublinha-se que os estudos de gênero e de sexualidades podem reforçar binarismos (feminino-mulher/masculino-homem), como se só estas existências fossem alternativas, mas há de se considerar que estes estudos também estão alinhados a dimensões mais amplas, como os corpos não-binaries, os corpos queer, os HSH (homens que fazem sexo com homens), os corpos em trânsito na sigla LGBTQIA+, dentre outros. Portanto, ao analisarmos dados oficiais, gráficos, políticas e literatura, estamos cientes que outras perspectivas de análises podem ser incorporadas. Diante disso, buscamos apresentar uma leitura dos termos mulher e gênero a partir de suas inúmeras diversidades, como Silvia Aguião ressalta:

O uso de “mulheres em sua diversidade”, quando adotado, refere-se sempre à citação da diversidade das identidades das mulheres brasileiras: do campo, das cidades e da floresta, indígenas, mulheres integrantes dos povos e comunidades tradicionais,

quilombolas, negras, ribeirinhas, ciganas, jovens, idosas, lésbicas, mulheres com deficiência. (2017, p.3)

Com isso, a noção de gênero se refere a uma categoria histórica para a compreensão de um conjunto histórico da feminilidade e da masculinidade, sendo o gênero um elemento subjetivo não estático. Segundo Oliveira, Pichler e Canabarro (2012, p.6) “a partir disso é possível denotar que a constituição de gênero de uma pessoa, seja qual for sua orientação sexual, é socialmente engendrada pela educação moral, formal ou informal, pelo *éthos* local (família, amigos, trabalho) e cívico”.

Com a autora e pesquisadora Lerner (2019) compreendemos que, historicamente, os papéis e o comportamento considerados apropriados aos sexos foram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais, sendo estes papéis de gênero construídos/inventados nos primórdios da história da humanidade, Período Neolítico. Ainda, Lerner ressalta que os processos de violências e exploração de gênero precedem a escravidão e as desigualdades de classe: “[...] a escravidão de mulheres, combinando tanto o racismo quanto o machismo, precedeu a formação de classes e a opressão de classes” (idem, p.262).

Historicamente, os homens aprenderam a explorar as habilidades e a fertilidade das mulheres, e sobretudo, a explorar e violentar sexualmente as mulheres dos povos e tribos derrotadas em guerras, estabelecendo os *status* hierárquicos entre os guerreiros. Ao decorrer da história essas técnicas de violências foram se aperfeiçoando, como é o caso da sociedade medieval, em que mulheres eram usadas como moeda de troca, tanto nas famílias abastadas quanto das famílias pobres - as primeiras usavam as mulheres para bons casamentos e manter os privilégios sociais, as segundas normalmente usavam as mulheres como moeda de troca para pagamento de dívidas.

[...] as mulheres sempre, e até os dias de hoje, viveram em estado relativamente maior de falta de liberdade do que os homens. Uma vez que sua sexualidade, um aspecto de seu corpo, era controlada por outros, as mulheres não apenas estavam em desvantagem, como também restritas de maneira muito particular em termos psicológicos. Para as mulheres, da mesma forma que para homens de grupos oprimidos e subordinados, a história consistiu de sua luta por emancipação e liberdade devido à necessidade. Porém, as mulheres lutaram contra formas de opressão e dominação diferentes das dos homens, e a luta delas, até hoje, encontra-se mais atrasada em relação à dos homens. O primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento. O papel de gênero obverso do homem foi ser aquele que executava a troca ou que definia os termos das trocas. (LERNER, 2019, p. 623)

Ademais, nossa questão central se situa na compreensão de uma cartografia de análise de violências de gênero e a possibilidade de arrefecimento destas a partir de conquistas de

mulheres em territórios institucionais políticos e acadêmicos. Neste sentido, a partir de um método cartográfico (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015), pressupomos uma pesquisa-intervenção de modo não prescritivo, funcionando por pistas e por desmontagem do percurso. Vislumbra-se, com isso, um mapa de análise e as possibilidades construtivas de outros mundos possíveis, sobretudo, nos territórios de disputas de narrativas de poder e saber, que organizam e estruturam desigualdades.

Sobre o método cartográfico, tem-se que este parte da produção de pistas e rastros, transformando informações em conhecimento. Nas palavras de Barros e Kastrup (2015, p.58), “a noção de processamento evoca a concepção de conhecimento pautada na teoria da informação. Nesta perspectiva, a pesquisa é entendida e praticada como coleta e análise de informações”, que produzem impactos sociais. Barros e Passos (2015) argumentam sobre

[...] a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção. Mas, se assim afirmamos, precisamos ainda dar outro passo, pois a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência – o que podemos designar como plano da experiência. A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação. (p.18)

A partir da dinâmica cartográfica está explícito um posicionamento ético, social e político com o compromisso e responsabilidade dos pesquisadores na produção e invenção de caminhos para intervenções que visam a transformação. Doravante, o texto que segue divide-se em: a) violências contra mulheres: quais? por quem? b) luta, visibilidade e políticas contra a desigualdade; e c) considerações finais.

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES: QUAIS? POR QUEM?

Atualmente, existem aproximadamente 203.062.512 milhões de habitantes no Brasil, sendo as mulheres a maior parcela da população (IBGE, 2022). Por mais que as mulheres sejam maior em número populacional, alguns índices se expressam dentro no meio político e acadêmico, denotando a ausência e/ou invisibilidade. Por mais que tenhamos tido um aumento na candidatura de mulheres na política, por exemplo, a paridade de gênero ainda é uma questão a ser enfrentada, seja no parlamento como em outros setores do sistema público.

De alguma forma, estamos a tratar de um projeto de sociedade que interdita as ações das mulheres, subtraindo seus acessos a espaços públicos como as violentando de múltiplas formas, desde as mais sutis até as mais explícitas. Ao não equiparar salários, ao desprestigiar funções e cargos, ao instituir ações ou condutas que limitem seu desenvolvimento social e econômico, ao causar danos, morte ou sofrimento, a violência às mulheres atinge seus direitos humanos e sua integridade física e psicológica. Reforça-se, assim, uma estrutura, em âmbito público e privado, pautada na desigualdade de gênero.

Comumente, a sociedade, de alguma forma, “valida” a violência física como aquela que merece ser combatida, já que marcas no corpo físico são evidenciadas e, infelizmente, esses casos se agravam e deixam sequelas, quando não repercutem no assassinato da vítima. Todavia, a maioria dos casos de violência física não se dá isoladamente, esta vem munida de outros tipos de violências, como a psicológica, moral e patrimonial, as quais vulnerabilizam as mulheres, fragilizando seu emocional e debilitando seu corpo com doenças como ansiedade e depressão, por exemplo.

Estas situações de violência, em sua maioria, se dão no próprio lar, praticadas por pessoas de convívio, como maridos/esposas ou companheiros/as. Este espaço que “deveria” estar munido de relações afetivas e de respeito mútuo, muitas vezes corrobora com um sistema sexista, machista e misógino, alinhando condutas de violência mediante um contexto “muito bem definido” de papéis sociais e culturais atrelados a homens e a mulheres, ao masculino e ao feminino - acentuando o binarismo de gênero.

Neste viés, cabe sublinhar que o machismo e a misoginia, por mais estejam interligados, são discursos e práticas diferentes. O primeiro pressupõe uma relação de poder criada pelo sistema patriarcal, em que há uma masculinidade exagerada e compete ao homem prover sua família, já o segundo diz respeito à intenção de manifestar desprezo, repulsa ou ódio às mulheres. Deste modo, a cultura patriarcal e misógina atravessa de diferentes modos nossa cultura, intensificando opressões de gênero e promovendo problemas emocionais, cognitivos e comportamentais. O que torna-se próprio do sistema patriarcal é supor e propor onde e como as mulheres devem atuar na sociedade, o que York e Nolasco (2022) destacam a seguir:

Embora os homens ocupem quase todos os cargos de direção na rede federal, as mulheres são maioria como diretoras das redes municipais e estaduais, que embarcam a maior parte das escolas. Isso não se reflete, no entanto, nos níveis mais altos de gestão de política educacional: dos mais de 50 ministros da educação desde 1930, até hoje tivemos apenas uma mulher (p. 30-31).

Nessa perspectiva, os desafios que as mulheres enfrentam em sua vida privada e pública, a partir do “poder do macho”, dificultam a ascensão, por exemplo, a cargos de chefias em seu local de trabalho, a funções de destaque no campo político ou a vozes ouvidas no meio acadêmico. Às mulheres, estando reservada a gestação e o dever de ser mãe, na expectativa social de completude de uma feminilidade, só reforça o discurso do patriarcado da função de um corpo e de posições a ocupar. Beauvoir (2016) destaca que às mulheres “ [...] a gravidez, o parto, a menstruação, diminuía sua capacidade de trabalho e condenavam-nas a longos períodos de impotência” (p.96), sendo mais um dos fatores de nutrição da desigualdade de gênero. Por isso, lembremos que a dominação não é um traço do cromossomo Y, “[...] é o resultado da diferente valorização cultural dada à experiência de homens e mulheres. Assim, a adoção da masculinidade e da feminilidade implica a adoção de ideias “políticas” segundo as quais o que as mulheres fazem não é tão culturalmente importante quanto o que os homens fazem. (KIMMEL, 2022, p. 13).

Os autores Bruschini e Puppini (2004) consideram que as presenças de mulheres em posições mais altas na hierarquia social concentram-se nas áreas tradicionais, vistas como femininas, no caso do saber, social, cultural, saúde e educacional. Já a masculinidade ocupa o poder em áreas de gestão, empresas, indústrias, agrárias e tecnológicas, não permitindo muita visibilidade a esses espaços para as mulheres, que são vistas como pouco experientes ou incapazes.

Nesse sentido, destacamos que a presença combativa de mulheres em setores diversos da sociedade, e não exclusivamente naqueles já considerados “femininos”, está intrinsecamente ligada à ampliação de políticas públicas de inclusão, em âmbito nacional, regional e local. Obviamente que, por exemplo, é incipiente o acesso de mulheres no meio acadêmico se não construirmos políticas que considerem os contextos diversos destas mulheres, ou seja, políticas e ações construídas a partir de uma perspectiva da interseccionalidade, levando em consideração fatores que influenciam no sistema desigual, tais como raça, classe, etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero etc.

LUTA, VISIBILIDADE E POLÍTICAS CONTRA A DESIGUALDADE

Apesar de termos avançado sob um ponto de vista na promoção de direitos como educação, saúde, segurança etc. o tecido social é constantemente tramado a partir de disputas e arenas discursivas, as quais estão pondo a todo tempo novas pautas na agenda política. Por isso

ainda se faz necessário a promoção, implementação e avaliação de políticas de gênero que garantam o acesso e manutenção de mulheres em espaços de poder e saber, como na política e na academia.

Antes de destacarmos as políticas públicas de promoção a igualdade de gênero, vale ressaltar, que apesar do campo educacional e político ter a predominância de homens (e de valorização do que supostamente é “masculino”), ele sempre foi um território de embates protagonizado também por mulheres que durante a história reivindicaram seus espaços na sociedade, e que passaram a contribuir na produção e difusão de conhecimento, na luta em movimentos sociais, na elaboração de políticas públicas, o que intensamente influencia decisões políticas.

Cita-se, por exemplo, Olympe de Gouges (1748-1793), filósofa, dramaturga e escritora, que lutou bravamente pela Revolução Francesa, escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, uma versão crítica da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, nascida na Revolução Francesa, pois essa Declaração não incluía as mulheres no que se refere a igualdade de direitos, mesmo as mulheres tendo participado ativamente da revolução. Devido ao seu posicionamento, seus escritos e atitudes pioneiras, Olympe foi guilhotinada.

Outro fato histórico que merece ser destacado é o da Mary Wollstonecraft (1759-1797) que escreveu *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), em resposta a Constituição Francesa (1791) que não incluía a mulher como cidadã, e em crítica ao filósofo Jean-Jacques Rousseau que negligenciava o processo educacional das mulheres. O livro apresenta uma profunda crítica à educação que as mulheres recebiam.

Apesar de toda essa mobilização do movimento feminista, as mulheres francesas só tiveram direito ao voto na França em 1944. Numa escala mundial a Nova Zelândia, em 1893, e a Finlândia, em 1906, foram os primeiros países a reconhecer o direito das mulheres ao voto (MONTEIRO, 2021). No Brasil, segundo Araújo (2003, p.135), “as mulheres brasileiras adquiriram assim, pela primeira vez e após árdua luta, cidadania política, contribuindo para o aumento significativo do número de votante no país”, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, via Decreto nº 21.076/1932, que regulamentava os trâmites do processo eleitoral no país, nos âmbitos federal, estadual e municipal - o decreto só foi implementado nas eleições de 1934, sendo o voto da mulher facultativo.

Isso não significa que antes desse período não houve tensionamentos em defesa dos direitos das mulheres, aliás, o Brasil poderia ter sido o primeiro país a legalizar o voto eleitoral da mulher. Durante o projeto da Constituinte de 1891 foi levantada a pauta sobre o voto e

participação das mulheres na política, devido a grande pressão dos setores conservadores a pauta foi retirada de votação, conforme Morteiro (2021) relata.

A luta das sufragistas brasileiras começou bem antes, ainda no final do século 19. Em 1891, a discussão sobre o tema havia chegado ao Congresso, mas foi rechaçado pela maioria dos deputados sob a alegação da inferioridade da mulher e que este direito colocava em risco a preservação da família brasileira. No início dos trabalhos do Projeto da Constituição em janeiro de 1891, trinta e um constituintes assinaram uma emenda de autoria de Saldanha Marinho, conferindo o voto à mulher brasileira. Mas, a pressão machista foi tão grande que Epiácio Pessoa que havia subscrito a emenda, dez dias depois, retirou o seu apoio. Entre aqueles que foram signatários da emenda constitucional estavam Nilo Peçanha, Erico Coelho, Índio do Brasil, César Zama, Godofredo Lamounier e Hermes da Fonseca" (p. 2-3)

Ademais, segundo Coelho (2020), em 1832 Nísia Floresta, já havia publicado *Direito das mulheres e injustiças dos Homens*, primeiro livro em defesa dos direitos das mulheres. Em seu livro, Nísia argumentava que a falta de instrução (acesso à educação) era o que mantinha as mulheres na ignorância e que isso influenciava nos círculos viciosos que reproduzem desigualdades entre homens e mulheres.

Segundo a historiadora Letícia Nunes de Moraes (2017), outra figura importante na luta feminista por direitos e igualdades é a Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, escritora e ativista. Pagu foi a primeira feminista presa e torturada durante o governo de Getúlio Vargas, depois da prisão ela escreveu o primeiro romance proletário do Brasil, *Parque Industrial* (1933). Pagu retrata o contexto da vida das proletárias da sociedade paulista, denunciando as humilhações e opressões sofridas nas fábricas dando protagonismo para a história das mulheres no contexto do mercado de trabalho de São Paulo. Na segunda fase de sua vida, após ter sido traída pelo partido comunista, Pagu aliou-se às vertentes do trotskismo.

Segundo Monteiro (2021), a primeira mulher que conquistou o voto foi Celina Guimarães Viana, no estado do Rio Grande do Norte, em 1927, porém seu voto foi anulado, posteriormente em 1929, no município de Lajes, do mesmo estado, Alzira Teixeira Soriano foi a primeira prefeita do Brasil e da América Latina. De 1929 até os dias atuais o cenário político alterou-se, do ponto de vista de representatividade foi em 1997, com a aprovação da Lei nº 9504, que cada partido ou coligação passaria a adotar o preenchimento de no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada “sexo”. De alguma forma, a proposta era incentivar o pluralismo político e promover a participação de mulheres no legislativo a partir da ocupação de cargos públicos eletivos, segundo o site do Planalto. Em 2010, o Brasil elegeu sua primeira presidenta mulher Dilma Rousseff (PT), com 55 milhões de votos no segundo turno, e em 2014 Dilma foi reeleita, sofrendo um golpe e impeachment em 2016.

Ainda, segundo a edição de maio de 2022 da Agência Senado, outras reformas eleitorais foram implementadas como as Emendas Constitucionais 111 e 115, que protocolam normativas sobre os recursos financeiros que devem ser destinados para as campanhas eleitorais das mulheres. Em 2012, foi sancionada a Lei nº 14.192, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Até 2022, 16 mulheres ocuparam cargos de governadores, destas apenas 8 foram eleitas, as demais eram vice-governadores que ocuparam o cargo após a saída do titular.

Ainda, a ativista LGBTQIA+, Keila Simpson, e também presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2022 alcançou um feito histórico ao se tornar a primeira travesti Doutora Honoris Causa no Brasil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Este título é concedido pelo conselho da UERJ a pessoas que lutam e defendem causas ligadas à educação no país, sendo assim outorgado pelos membros da academia, segundo a reportagem do Jornal Gazeta de São Paulo na edição de junho de 2023.

Neste mesmo viés, segundo o site “Globo” na edição de agosto de 2012, a primeira mulher travesti que conquistou seu título de doutora em educação pela Universidade Federal do Ceará no ano de 2012, a professora Luma Andrade, que cita “que sua carreira acadêmica vai servir de exemplo para que outras travestis busquem na educação uma forma de vencer o preconceito”, sendo tema de sua tese: "Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa",

Destacam-se, ainda, a presença de mulheres trans e travestis como Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG) no cenário político nos últimos anos, bem como outras que influenciam movimentos sociais e ações e debates na arte-cultura, constantemente subalternizados. Desta forma, mesmo em um contexto de repressão e violação de direitos, estas e outras mulheres, foram protagonistas e resistiram (até mesmo a ameaças de morte), sugerindo pautas e agendas político-existenciais.

Considera-se que a trajetória da história contada demonstra um território de conflitos e disputas, sobretudo de modo desigual para com as mulheres. Nesse sentido, políticas que promovam a participação efetiva de mulheres nos espaços institucionais de poder e saber, contribuem para democracia, pluralismo político e reconhecimento da diferença.

CONSIDERAÇÕES (NUNCA) FINAIS

Superar a invisibilidade de mulheres é um desafio que se coloca diariamente na sociedade. Por isso, políticas públicas e ações afirmativas são re/criadas para que, de alguma forma, vislumbremos possibilidades de protagonismo de mulheres nos espaços públicos e privados, desafiando as múltiplas estratégias do patriarcado e da misoginia. Ao cartografarmos algumas discussões e debates, obviamente, que discursos interligados de gênero e de des/igualdade não se esgotam, mas reverberam em mais um espaço de luta e reflexão contra uma violência que se faz estruturante.

Conclui-se que as promoções de políticas públicas reverberam em avanços de direitos das mulheres, em proteção das mulheres vítimas de violência e na mudança de condutas na sociedade, de modo que esta repense suas ações de des/igualdade de gênero. Este movimento de impacto de políticas públicas é muito significativo, contudo ele não é suficiente em si, sendo necessário outros pactos no tecido social a partir do campo educativo, cultural, econômico, empresarial etc. A igualdade de gênero não é um conceito a ser aplicado por essas esferas, mas uma construção coletiva de sociedade menos injusta.

Ademais, é extremamente importante construir esse debate a partir de um feminismo plural, sublinhando a multiplicidade de mulheridades, ou seja, há uma multiplicidade de entendimento e de pertencimento ao se constituir/ser/estar “mulher”, nos convocando à constante revisita de certezas conceituais. Por exemplo, constituir-se uma mulher negra ou indígena no Brasil (se é que podemos homogeneizar tal grupo!), é muito diferente do ponto de vista de acesso e reconhecimento de mulheres cis brancas em espaços públicos e privados, já que mulheridades negras/indígenas estão na base de uma estrutura de exploração de nossa sociedade, sendo as que sofrem silenciamentos e processos de violência outros. Logo, por mais que não tenha sido o interesse pontual aqui, estar vigilante quanto a estas interseccionalidades é sempre necessário.

Destaca-se a emergência de que espaços de resistência/luta, acadêmicos ou não, continuem persistindo, para além de uma presença de mulheres, que estas proponham e representem pautas. As diferentes formas de violências contra as mulheres talvez se sofisticem, ao passo de nos limitar o olhar, todavia se estas mulheres estiverem articuladas (e aqui não se fala em homogeneizar a luta, até porque isso é irrisório!) talvez consigamos, como pessoas, minimizar discursos sexistas e reacionários.

Desta forma, tivemos como objetivo deste capítulo as mobilizações que buscam combater a violência contra as mulheres nos diversos territórios sociais, especialmente nos espaços acadêmicos e no campo das políticas institucionais.

Ademais, é importante termos um olhar crítico e responsável, entendendo que o movimento feminista é múltiplo e está em disputa, que não está isento de re/produzir outros tipos de violência. O enfrentamento contra os modos de violência endereçados às mulheres e ao feminino não pode estar alheio a outras manifestações de violências que re/produzimos no social, ou seja, estamos de acordo com as lutas feministas que reconheçam as múltiplas manifestações de gênero, de maneira a defender, acolher e difundir coletividades e singularidades.

REFERÊNCIAS

- AGUIÃO, Silvia. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). **cadernos pagu**, 2018.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos avançados**, v. 17, p. 133-150, 2003.
- BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 3ª ed, 2016.
- BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas**. v. 34, nº 121, 2004.
- BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; PIMENTEL, Amanda; LAGRECA, Amanda; BARROS, Betina; LIMA, Renato Sérgio. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**, 3ª edição, 2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.
- COELHO, Catarina Alves. **Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens: a tradução utópico-feminista de Nísia Floresta**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- DE MORAES, Letícia Nunes. Histórias de Pagu: Memória, Feminismo e Cultura Política. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, 2017.
- DOS SANTOS, Jailson Batista. **A condição de ser LGBT e a permanência na universidade: um estudo de caso no curso de pedagogia-educação do campo**. Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- GALVÃO, Patrícia; FERRAZ, Geraldo. **Parque industrial**. Mercado Aberto, 1994.
- GLOBO, Notícias. Minha conquista serve de exemplo, diz a 1ª travesti doutora do Brasil. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/minha-conquista-serve-de-exemplo-diz-1-travesti-doutora-do-brasil.html>>. Acesso em 04 de junho de 2023.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> . Acesso em 01 de junho de 2023.
- KIMMEL, Michael. **A sociedade de Gênero**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: a história das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MONTEIRO, Armstrong Rutilho Charbel. **Participação da mulher na política brasileira: cota de gênero**. 2021.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. in: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Liliana. **Pistas do método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- PRECIADO, Beatriz Paul. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2017
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil da análise histórica**. Educação e realidade, 1995.
- YORK, Sarah Wagner; SILVA, Sérgio Luiz Baptista da; NOLASCO, Leonardo. **Gênero e sexualidade na educação: uma perspectiva interseccional**. Editora Devires, Bahia, 2022.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação do direito das mulheres**. São Paulo: Boitempo. 2016.